

Estudo Técnico Preliminar 67/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 120312023

2. Objetivo

1. Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para fins de prestação de serviços de **Contratação de SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ARQUITETURA E ENGENHARIA para levantamento de necessidades, revisão e atualização dos projetos executivos de ACESSIBILIDADE e COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO das edificações utilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do RN**, à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Engenharia	Ronald José Amorim Fernandes

4. Descrição da necessidade

1. A demanda aqui estudada trata da necessidade de contratação de serviços técnico profissionais de engenharia e arquitetura para identificar as necessidades de alteração/adaptação ou mesmo reformulação dos dispositivos contidos nas edificações necessários a garantir a completa acessibilidade e a devida segurança contra incêndio nas edificações utilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.
2. Trata-se de contratação de projetos executivos, incluindo caderno de especificações e de encargos, memoriais descritivos, planilha orçamentária, de composições de custos e seus critérios de medição de forma que a Administração possa contratar empresa de Engenharia para realizar os serviços no COJE, Fórum de Natal e prédio Sede da secretaria do Tribunal.
3. Um breve relato acerca de prédio trará clareza acerca das necessidades:
4. O Centro de Operações da Justiça Eleitoral - COJE, é composto por várias edificações com início da construção do galpão de urnas em 2001 com área construída de 3.879,00 m².
5. Desde a ocupação do prédio do Galpão de Urnas Eletrônicas, em 2001, a ocupação do espaço de armazenamento se deu de forma misturada no mesmo local: urnas, equipamentos de Informática e demais bens do Patrimônio do TRE, em um uso compartilhado do prédio.

6. O terreno de 18.000 m² de área foi ocupado paulatinamente pela Administração que determinou em 2004 a construção de um prédio para abrigar o Almoxarifado do TRE, destinado ao uso como centro de distribuição de materiais de consumo para a Eleição, com área estimada inicialmente em 400m² e o prédio destinado ao centro de treinamento com área de 541 m².
 7. Já em 2006, construiu, também no COJE, o Auditório com área de 691 m² e a subestação abrigada com área de 203 m², ao mesmo tempo em que foram iniciadas as obras de construção de imóveis próprios no interior do Estado, para abrigar os Cartórios Eleitorais.
 8. Com a crescente demanda por bens permanentes, tanto na Capital quanto no interior do Estado, houve a aquisição de mobiliário e equipamentos para os novos Cartórios Eleitorais, aumentando a demanda por espaços para armazenar bens patrimoniais.
 9. O Galpão do COJE, que já abrigava vários materiais desde sua ocupação, passou a abrigar os estoques de urnas eletrônicas, de equipamentos de informática, bens permanentes novos e usados, além de estoques de materiais de consumo e temporário de bens inservíveis.
 10. A frota de veículos do TRE também é guardada no pátio externo.
 11. Outro registro é que o volume de materiais e bens patrimoniais tem aumentado ao longo dos anos em função do aumento do número de edificações utilizadas pelo Tribunal, pois além das construções próprias a administração tem tomado como solução a locação de imóveis.
 12. Em resumo, o Centro de Operações da Justiça Eleitoral, COJE, conforme registro acima, teve seus projetos elaborados entre 2000 e 2005 e desde a construção não receberam qualquer atualização, e por isso necessitam de adequações nos seguintes sistemas: **Seria 2005 ou 2006?**
- Sistema de combate a incêndio e pânico - desde sua implantação esta edificação não recebeu nenhuma atualização dos sistemas de combate a incêndio ao passo que as normas relativas ao assunto receberam diversas atualizações;
 - Acessibilidades - da mesma forma os dispositivos de arquitetura destinados a proporcionar acessibilidades estão desatualizados e obsoletos, em completo desacordo com os normativos vigentes;
1. Neste mesmo contexto cito o edifício que abriga os cartórios da capital, edificado entre 2003 e 2004, recebeu durante vinte anos de uso um aumento significativo de usuários em função inclusive da política de inclusão implantada pelos diversos setores da sociedade, e como não poderia deixar de ser, a Justiça Eleitoral também tem seu papel de inclusão.
 2. Da mesma forma, esta edificação não recebeu em seus vinte anos de existência qualquer atualização dos dispositivos de acessibilidade, sendo que nesse mesmo prazo diversas foram as atualizações nas políticas de acessibilidade e por consequência nas normas de acessibilidades, o que implica diretamente na necessidade de revisão dos projetos.
 3. Imperioso registrar que os sistemas de combate a incêndio e pânico, projetados nos idos de 2002, permanecem inalterados desde sua construção.
 4. O lapso temporal aponta claramente para uma desatualização dos equipamentos, vez que os normativos, como já dissemos acima, sofreram diversas atualizações.
 5. Em resumo, a edificação que abriga o Fórum Eleitoral da Capital necessita de:
- Sistema de combate a incêndio e pânico - desde sua implantação esta edificação não recebeu nenhuma atualização dos sistemas de combate a incêndio ao passo que as normas relativas ao assunto receberam diversas atualizações;
 - Acessibilidades - da mesma forma os dispositivos de arquitetura destinados a proporcionar acessibilidades estão desatualizados e obsoletos, em completo desacordo com os normativos vigentes;
1. A edificação que abriga o prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral, inaugurada em 2018, é um prédio que possui 08 pavimentos e uma área construída de 16.296,80 m².

2. Os projetos de combate à incêndio da Sede tiveram a sua elaboração em 2013 e após isso as normas vigentes (Instruções Técnicas) do CBM/RN passaram por várias atualizações sendo a sua última datada do ano de 2022.
3. Ao final da construção foi solicitada uma vistoria referente a emissão do AVCB (Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros) pelo CBM/RN, contudo o órgão atestou algumas pendências que deveriam ser sanada para a emissão deste documento, sendo que uma delas apontada pelo relatório de vistoria, emitido em 21/12/2020, no seu item 14:

Item 14: Reapresentar projeto de prevenção e combate contra incêndio para nova reanálise junto ao serviço técnico de engenharia do CBMRN, averbando todas as alterações e/ou construções existentes na edificação

1. A solicitação acima sintetiza grande parte da necessidade de adequações dos projetos e da edificação, pois apesar dos projetos da edificação terem sido apresentados e aprovados em 2013, o CBM/RN exigiu várias adequações, ou seja, há que se fazer alterações nos projetos existentes e após aprovação devemos empreender a execução das alterações visando obtenção do AVCB.
 2. Quanto aos dispositivos que foram planejados e executados para dar acessibilidade à edificação o cenário não é diferente pois os projetos da Sede foram elaborados no ano de 2013 com base na norma vigente àquela época, contudo a norma NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, teve a sua última atualização no ano de 2020.
 3. Em que pese não haver exigência da prefeitura para adequações, não podemos deixar de atualizar os dispositivos em razão da busca de garantir acessibilidade a todos.
 4. Em resumo, a edificação que abriga a Sede da secretaria do TRE-RN necessita de:
 - Sistema de combate a incêndio e pânico - fazer a atualização dos projetos conforme normas vigentes do corpo de bombeiros (Instruções Técnicas) do ano de 2022 que são as mais atuais;
 - Acessibilidades - é preciso também fazer a atualização conforme norma (NBR 9050) mais atualizada, ou seja, da sua última atualização em 2020.
1. Pela breve explanação pode-se ter uma noção da necessidade da contratação pois se trata de dois pontos principais, um é a segurança contra incêndio, e o outro é a acessibilidade que indiretamente é um dispositivo de segurança, pois a falta dela pode causar acidentes naqueles transeuntes com mobilidade reduzida.
 2. É imperioso registrar que a Seção de Engenharia do TRE/RN - SENGE não detém número de servidores adequados à execução dos projetos aqui pretendidos como também não possui desenhistas de CAD, plotters, etc para tarefa dessa envergadura.
 3. Some-se a isso a elevada demanda da seção que em razão do número reduzido de servidores tem trabalho no limite da capacidade em demandas reprimidas não lhe restando qualquer possibilidade de assumir o ônus da elaboração do objeto aqui pretendido.
 4. Portanto, cabe à SENGE requerer a contratação de profissional ou empresa de Engenharia diretamente do mercado apta a fornecer os projetos e atender à demanda.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Requisitos orçamentários:

O valor previsto no Plano de Contratações Anual - PCA para essa demanda é de R\$ 473.000,00 (quatrocentos e setenta e tres mil reais) sendo 101.500,00 (cento e um mil e quinhentos reais) para o

edifício do Fórum da Capital, 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) para o COJE e 126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais) para o edifício sede.

Caso o valor previsto seja ultrapassado, o TRE/RN deverá providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

1. Requisitos técnicos:

A contratação aqui requerida é de empresa de arquitetura/engenharia devidamente registrada no Conselho de Classe e apta a realizar as alterações através de equipe multidisciplinar composta no mínimo de um arquiteto e um engenheiro, podendo ser civil, mecânico ou eletricitista devidamente habilitados tecnicamente através de comprovação através de Certidão de Acervo Técnico (CAT) conforme descrito abaixo.

Para comprovação de capacidade técnica o arquiteto deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) acompanhada do atestado de execução de :

- **Serviço de elaboração de projeto de acessibilidade em edificação comercial com área mínima de 5.000,00 m²;**

Para comprovação de capacidade técnica o engenheiro deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) acompanhada do atestado de execução de:

- **Serviço de elaboração de projeto de combate a incêndio e pânico em edificação comercial com área mínima de 5.000,00 m²;**

Portanto, os serviços aqui pretendidos demandam a contratação de empresa do ramo da arquitetura e /ou engenharia apta tecnicamente a realizar os serviços que serão detalhados em planilhas.

Para tanto será exigida habilitação do responsável técnico compatível com o objeto pretendido de forma a garantir a realização dos serviços.

1. Requisitos temporais

A contratação aqui proposta deve ser provida neste exercício haja vista que a dotação orçamentária foi prevista para este exercício.

1. Requisitos geográficos

Os serviços de consultoria deverão ser realizados nos prédios da Justiça Eleitoral do RN localizados na Capital.

Não há necessidade da futura contratada possuir sede ou filial no RN, a não ser que a solução escolhida deixe expressa essa necessidade.

1. Requisitos operacionais

Os profissionais técnicos que irão elaborar os projetos deverão vistoriar as edificações principalmente nos sistemas de combate e incêndio e acessibilidades a fim de identificar cada elemento ou dispositivo que esteja necessitando de adequações.

Da vistoria deverá ser elaborado relatório técnico detalhado, contendo todos os achados da vistoria, relatório este que será um dos itens da entrega.

Contudo os serviços deverão seguir o cronograma definido pela contratante, seguindo critérios técnicos e normativos, sem que o quesito distância ou dificuldade de logística interfira no resultado.

1. Requisitos de sustentabilidade

A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI /MPOG, no que couber.

1. Requisitos econômico-financeiros

Deverá ser previsto em Edital que a empresa licitante demonstre ter capacidade econômica para fins de contratar com o TRE/RN.

1. Requisitos fiscais e trabalhistas

A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas.

A empresa licitante deverá manter regularidade fiscal durante todo o período de contratação sob pena de rescisão contratual.

1. Requisitos administrativos

A empresa Licitante, também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

1. Requisitos legais

- Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 - Lei Federal que rege o processo de licitações;
- Lei 6.839 de 30 de outubro de 1980 - Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.
- Lei 5.194 de 24 dezembro de 1966 - Lei Federal que regula o exercício da profissão do Engenheiro e dá outras providências.
- Resolução do CONFEA nº 218, de 26 de junho de 1973 - Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
- Resolução do CONFEA nº 345, de 27 de julho de 1990 - dispõe quanto ao exercício profissional de Nível Superior das atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia.

6. Levantamento de Mercado

Solução 1: contratação dos projetos - trata-se da contratação de profissional ou empresa de engenharia devidamente capacitados para elaborar os documentos necessários (projetos, memoriais, laudos, etc), laborando em seus escritórios, e ao final entregue toda a documentação necessária para possibilitar a correta implantação dos dispositivos de combate a incêndio e de acessibilidade permitindo à Administração garantir adequações dos dois sistemas.

Vantagens:

Considerando a demanda de elaboração de projetos, podemos apontar que o mercado dispõe de várias empresas que lidam direta e diariamente com a elaboração de projetos, o que nos remete a um contexto de especificidade e expertise.

Isso advém das mudanças na economia, sociedade e também nos setores produtivos, assim como o serviço público, todos têm buscado tornar seus processos mais eficientes. Dessa forma, para atender essa necessidade, há no mercado um ramo de empresas especializadas em elaboração de projetos o que se traduz, ao final, em um objeto com maior acurácia nas soluções técnicas que vai, após sua execução, trazer maior eficiência do gasto público.

Como dissemos acima, a elaboração de projetos requer conhecimento aprofundado de normas e legislação vigente, além do uso de equipamentos de computação e softwares específicos.

Ao contratar o serviço, ou seja, o projeto e seus documentos complementares, a empresa ou profissional vai laborar em seu espaço privado, escritório de projetos, usando seus equipamentos e seus meios.

Ou seja, os trabalhos serão realizados na sede do contratado, às suas expensas, o que trará menos custo para a administração e afasta a possibilidade de criação de vínculo empregatício.

A viabilidade mercadológica da oferta do serviço e da evolução do mercado nacional de empresas de fornecimento de projetos é atestada pelo grande número de contratações de serviços desse tipo e similares por parte do Poder Público, podendo-se dizer que a contratação de projetos já está totalmente disseminada no setor público.

O valor a ser pago pelo TRE/RN, caso essa seja a solução escolhida como a mais viável, está dentro da previsão orçamentária.

Desvantagens:

O risco de demandas judiciais de cunho trabalhista praticamente são inexistentes, uma vez que não há mão de obra residente.

E ainda, o profissional irá atuar na própria empresa, descartando qualquer tipo de desvio de função pois não irá laborar no mesmo ambiente de trabalho que os demais servidores da unidade na qual irá prestar serviços.

Portanto, as desvantagens são as mesmas das contratações de serviços pontuais, como por exemplo o atraso na entrega do objeto. Para tal, será previsto no Termo de Referência as sanções administrativas cabíveis para as condutas infracionais típicas desse tipo de contratação.

Custo Estimado:

O custo estimado foi calculado com base na tabela do sindicato dos engenheiros do RN e Conselho de Arquitetura.

Edificação	Área construída (m ²)	Custo estimado
COJE	5.630,88m ²	R\$ 245.000,00
SEDE	3.162,24m ²	R\$126.500,00
FÓRUM	2.686,22m ²	R\$ 101.500,00
TOTAL	11.479,34m ²	R\$ 473.000,00

4.2 Solução 2: Contratação de equipe com profissionais residentes para elaboração dos projetos: trata-se da contratação de profissionais, mediante empresa de engenharia que detenha essa mão de obra especializada, para atuarem de forma residente diretamente nas unidades do TRE/RN.

Vantagens:

A contratação de equipe residente, traz a vantagem de manter a equipe à disposição em tempo real na execução dos serviços contratados, possibilitando realização de vistorias a cada dúvida e ainda possibilitar o acompanhamento da elaboração dos projetos pelos servidores da SENGE.

Com a evolução dos setores produtivos, surgiu no mercado um ramo de empresas especializadas em recursos humanos, e especializadas em fornecer mão de obra nas mais diversas áreas, tanto para o setor público como o privado.

Hoje o mercado de fornecimento de mão de obra terceirizada é uma realidade, dessa forma, já existe uma robusta gama de empresas que se ocupam em contratar e fornecer mão de obra para as mais diversas atividades, sendo perfeitamente possível se encontrar no mercado nacional a solução para a demanda especificada neste Estudo Preliminar.

O tipo de serviço existente no mercado capaz de atender a demanda é, portanto, o serviço de fornecimento de mão de obra terceirizada qualificada na área de engenharia mecânica.

A viabilidade mercadológica da oferta do serviço e da evolução do mercado nacional de empresas de fornecimento de mão de obra terceirizada é atestada pelo grande número de contratações de serviços desse tipo e similares por parte do Poder Público, podendo-se dizer que a utilização de mão de obra terceirizada para atividades-meio já está totalmente disseminada no setor público.

O valor a ser pago pelo TRE/RN, caso essa seja a solução escolhida como a mais viável, está dentro da previsão orçamentária.

Desvantagens:

O serviço pretendido não é do tipo continuado, é um serviço definido e restrito à obtenção de sua aprovação pelo Corpo de Bombeiros do RN, que poderá ser concluído com rapidez em função da precisão na elaboração, ou seja, a experiência dos profissionais poderá fazer o diferencial.

Caso os profissionais disponibilizados não tenham a devida acurácia e experiência necessárias, o tempo para obtenção da aprovação dos projetos nos órgãos competentes pode se estender e tornar o custo inviável.

Temos que levar em consideração o aspecto financeiro que diferencia este modelo de contratação do modelo usual de mercado em se falando de contratação de projetos, este modelo, a contratação de equipe residente é paga mensalmente durante a elaboração dos projetos e a contratação de empresa especializada desenvolve os trabalhos com prazos preestabelecidos e o cronograma financeiro impõe o pagamento após aceitação do trabalho desenvolvido, ou seja, um recebe para produzir, o outro produz para receber, o que pode diferenciar o prazo de obtenção dos projetos.

O tempo de aprovação pelo corpo de bombeiros, decorrido entre a data de protocolo e a devida resposta vai gerar um tempo ocioso para uma equipe residente, ou seja, prejuízo ao erário.

Outra desvantagem desse tipo de contratação é a baixa qualificação do profissional contratado que as empresas que prestam serviços com o Poder Público tem no seu quadro de pessoal.

Existe o risco de atraso na execução por conta de atraso da empresa no pagamento de verbas trabalhistas, por exemplo, e por isso requer redobrados cuidados por parte da gestão e fiscalização para evitar futuras complicações de cunho trabalhista.

Temos que anotar o risco desse tipo de contratação para obtenção de um objeto definido, ou seja, não continuado, e ao meio do prazo de execução a empresa vier a falir, o que nos deixaria sem nenhuma execução e tendo pago meses seguidos de faturamento.

Custo Estimado:

O salário da categoria profissional do engenheiro é regido pela Lei Federal nº 4.950-4 de 22 de abril de 1966 que determina que o salário do profissional de engenharia é regido pelo salário mínimo, ou seja, para uma jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias de serviço (Art 3º) no seu art 5º **“Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País”** portanto a remuneração deverá seguir esta Lei Federal.

Salário mensal (integral)	Quant profissionais	Custo estimado (Fator k = 2)
R\$ 8.472,00	2	R\$ 33.888,00

Conforme tabela acima podemos extrair o valor mensal a ser pago à contratada pela prestação de serviços de 01 (um) posto de trabalho ocupado por profissional será de R\$16.944,00 mensais. Lembrando que o referido valor trata-se de uma estimativa baseada no fator k que corresponde ao índice de relação entre o valor total a ser pago à contratada e o salário do profissional (para este caso foi adotado o fator k igual a 2,0).

Considerando uma equipe mínima de dois profissionais atuando por um ano (12 meses) o valor poderá alcançar o patamar de R\$406.656,00.

4.3 Solução 3: O próprio TRE/RN elaborar os projetos: trata-se da realização dos trabalhos com os próprios meios e equipe de profissionais da casa.

Vantagens:

Com essa solução o Tribunal não pagaria pelos serviços.

Desvantagens:

O tempo para apresentação dos projetos estaria diretamente ligado à disponibilidade de servidores /colaboradores para trabalhar apenas nesses projetos, tendo que delegar suas atribuições atuais a outros servidores.

Os servidores atuais da SENGE estão envolvidos em várias demandas inadiáveis, e por isso não tem como absorver mais esta, sem falar que em se tratando de elaboração de projetos, teríamos que parar por um tempo, estudar normas e legislação para a partir daí iniciar as alterações, o que já configura um atraso.

Quanto à infraestrutura, temos que apontar a necessidade de atualização do software de desenho eletrônico, e aquisição de mais senhas, pois só temos duas.

Pode-se ainda pensar na alternativa de aproveitar um servidor de algum órgão da Justiça, com a devida competência para elaboração de projetos o que já demandaria encontrar este servidor, sua disposição em vir laborar aqui sem falar na dificuldade jurídica de requerer servidor de nível superior para trabalhar na Justiça Eleitoral do RN.

Custo Estimado:

Não haverá custo.

4.4 Definição da solução mais viável:

Para fins de definição da solução mais viável, foram estabelecidos alguns critérios conforme tabela abaixo (foram atribuídos pontos sendo 3 pontos para excelente/baixo risco diminuindo até 1 ponto para insuficiente/alto risco):

--	--	--	--	--	--	--	--

Solução	Facilidade na fiscalização técnica	Facilidade na fiscalização administrativa	Facilidade quanto ao método do cálculo para fins de pagamento	Risco de desvio de função	Risco de demanda trabalhista	Maior qualidade na execução dos serviços	TOTAL
Solução 1	3	3	3	3	3	3	18
Solução 2	2	1	1	1	1	2	08
Solução 3	3	3	3	1	3	2	15

Portanto, conforme a tabela acima, a solução 1 - Contratação de empresa especializada na elaboração de projetos - se torna o caminho mais viável para que a administração tenha ótimos resultados e também do ponto de vista orçamentário, pois atende o que foi estabelecido pelo Plano de Contratações Anual - PCA /2024 do TRE/RN.

7. Descrição da solução como um todo

A solução apontada, contratação de empresa especializada, consiste na forma mais viável para atender a demanda do TRE, pois proporcionará a obtenção dos projetos executivos e documentos necessários à execução das obras, visando proporcionar o melhor em acessibilidade às edificações e um sistema de combate a incêndio dentro dos padrões exigidos pelo CBM/RN.

A solução apontada, como já explicado no tópico anterior, já possui um mercado estabelecido e amplo e não possui características que limitem a concorrência ou requeiram alto grau de especialização ou especificação, pois trata-se de serviços, ainda que qualificados, mas comuns, existentes no mercado.

Poderá, portanto, ser plenamente atendida pelo mercado, havendo grandes chances de uma licitação com presença de vários concorrentes.

Quanto a nacionalização do certame, atende-se os requisitos legais e não haverá problema em se sair vencedora uma empresa de outro estado, pois o tipo de serviço permite que a seleção de pessoal e outras tarefas preliminares sejam contratadas à distância ou, alternativamente, a empresa pode enviar funcionário em momentos chaves (início do contrato), a critério da empresa.

Pelas razões expostas nestes estudos, a contratação NÃO deverá ser de serviço contínuo.

O prazo da vigência do contrato será até 31 de dezembro do corrente ano.

Justificamos a escolha do prazo em razão de ser um tempo hábil para elaboração do objeto e sua aprovação e da necessidade urgente de dar início à execução dos serviços em janeiro de 2025.

Os serviços a serem contratados são:

Documentos a serem produzidos	
Local	Descrição
COJE	<ul style="list-style-type: none">• Projeto executivo de combate à incêndio e pânico aprovado pelo CBM RN;• Memorial descritivo do Prédio aprovado pelo CBM RN;• Projeto executivo de acessibilidade conforme norma NBR 9050/2020;• Caderno de especificações conforme projetos para adequação do prédio;• Planilha orçamentária, cronograma, composições de preços unitários, composição de BDI e encargos sociais.
SEDE	<ul style="list-style-type: none">• Projeto executivo de combate à incêndio e pânico aprovado pelo CBM RN;• Memorial descritivo do Prédio aprovado pelo CBM RN;• Projeto executivo de acessibilidade conforme norma NBR 9050/2020;• Caderno de especificações conforme projetos para adequação do prédio;• Planilha orçamentária, cronograma, composições de preços unitários, composição de BDI e encargos sociais.
FÓRUM	<ul style="list-style-type: none">• Projeto executivo de combate à incêndio e pânico aprovado pelo CBM RN;• Memorial descritivo do Prédio aprovado pelo CBM RN;• Projeto executivo de acessibilidade conforme norma NBR 9050/2020;• Caderno de especificações conforme projetos para adequação do prédio;• Planilha orçamentária, cronograma, composições de preços unitários, composição de BDI e encargos sociais.

Os serviços aqui propostos são considerados especializados do ponto de vista da engenharia, comuns do ponto de vista do mercado, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade mensurados conforme especificações usuais do mercado, e que serão objetivamente definidos no Termo de Referência.

Os serviços, pela sua natureza do objeto, serão prestados uma única vez neste contrato, não sendo, portanto, continuado.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A demanda estimada para o fornecimento dos serviços especializados está posta na tabela a seguir:

Edificação	Área construída (m²)	Custo estimado
COJE	5.630,88m²	R\$ 245.000,00
SEDE	3.162,24m²	R\$126.500,00
FÓRUM	2.686,22m²	R\$ 101.500,00
TOTAL	11.479,34m²	R\$ 473.000,00

Os valores poderão ser alterados durante a elaboração do Termo de Referência, bem como por mudanças nos preços ou na metodologia de obtenção, se for o caso.

O quantitativo de serviços a ser prestado, exposto no subitem acima, diz respeito à necessidade mínima em face das demandas existentes de aprovação dos projetos no CBM/RN, e ainda diante da complexidade dos serviços necessários, principalmente na sede do TRE/RN.

Caso seja necessária a elaboração de qualquer documento não relacionado aqui, por exigência do CBM /RN, este será de obrigação do contratado.

O montante inscrito no PAC 2024 para esta contratação é de R\$473.000,00, cabendo ao final dos cálculos estimativos e a devida contratação

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 128.000,00

O montante inscrito no PAC 2024 para esta contratação é de R\$473.000,00, cabendo ao final dos cálculos estimativos e a devida contratação, nova inscrição no planejamento orçamentário a fim de suprir esta contratação que passará a ser da forma continuada.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto compreende elaboração de projetos de acessibilidade e combate a incêndio para três edificações da capital, sendo que a aprovação de duas delas se dará em conjunto, a sede da secretaria e o Fórum da Capital por restarem em um mesmo terreno.

O COJE, apesar de estar em outro lote, deverá ter as mesmas soluções técnicas a fim de proporcionar a mesma acessibilidade e uniformização de tratativas junto ao Corpo de Bombeiros do RN.

Esclarecendo: a aprovação dos projetos no corpo de bombeiros passa pela apresentação de soluções técnicas para as demais situações de risco existentes nas edificações e diante disso há necessidade de que os mesmos profissionais procedam junto àquele órgão e obtenha aprovação em conjunto para as três edificações.

Caso contratado um profissional para cada prédio o risco de se ter projetos com soluções diferentes, especificações idem é muito alto, sem falar na possibilidade de algum prédio ser aprovado antes de outro e criar um problema para a contratação dos serviços de execução.

Pelo exposto, o objeto é, portanto, indivisível do ponto de vista de uniformização das soluções e da necessidade de obtenção das aprovações no mesmo prazo.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Como se trata de contratação de serviços de engenharia a serem desenvolvidos em escritório da contratada, não carece de outra contratação para a execução deste.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação faz parte do PAC 2024 (ENG.POO_24.04, ENG.POO_24.05 e ENG.POO_24.06).

A demanda tem como objetivo estratégico melhorar a qualidade do gasto público e ação estratégica aprimorar a governança e a gestão de aquisições e contratações.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A forma de contratação aqui sugerida visa, entre outros, a economicidade e eficiência conforme demonstrativo abaixo:

- Os serviços especializados de engenharia têm disponibilização no mercado;
- Apesar do custo elevado, a contratação tem objetivo de trazer eficiência nos gastos e obtenção do objeto no menor tempo possível;

Diante do exposto, entendemos que a contratação de empresa especializada é o caminho mais adequado para o atendimento da demanda.

14. Providências a serem Adotadas

Permitir acesso guiado aos profissionais para fins de detecção das necessidades de adequação em datas e horários definidos.

Não há mais providências a serem adotadas pela Administração a não ser as de praxe, como a indicação de servidores para atuarem na equipe de fiscalização da contratação.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impacto na contratação pois o objeto do contrato é o desenvolvimento de projetos que serão elaborados no escritório do contratado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE HAROLDO MACHADO JUNIOR

Agente de contratação

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Pelo exposto, fica claro que a contratação é viável e usual no mercado.